



Câmara dos Deputados
Comissão de Educação

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , de 2015

Requer seja aprovado encaminhamento de Requerimento de Informação ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre cortes nos programas governamentais em virtude de contingenciamento no Orçamento-Geral da União de 2015.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, Requerimento de Informação ao Excelentíssimo Senhor Renato Janine Ribeiro, Ministro da Educação, conforme requerimento nº 104/2015, anexo, aprovado na reunião do dia 19 de agosto da Comissão de Educação, solicitando resposta às indagações abaixo sobre o montante dos cortes orçamentários em virtude do contingenciamento nos programas governamentais daquela pasta para o ano de 2015:

- a) Para o ano de 2015, qual o valor do montante a ser contingenciado?
- b) Para o montante estabelecido, quais programas e seus respectivos montantes e quais os percentuais de cada um em relação ao valor global do contingenciamento?
- c) Qual valor efetivamente pago para o estoque dos restos a pagar para cada programa?
- d) Qual limite financeiro dos restos a pagar?

JUSTIFICATIVA

No início do ano, o governo federal lançou campanha com o lema “Brasil, Pátria Educadora”. No entanto, antes da aprovação do Orçamento-Geral da União pelo Congresso Nacional, a pasta da Educação foi uma das que mais sofreram com o contingenciamento de recursos.

Com o aprofundamento da crise econômica, a comunidade acadêmica e a sociedade como um todo foram novamente surpreendidas com novos cortes que afetarão os programas essenciais e estruturantes do Ministério da Educação.

Dessa forma, solicito a Vossa Excelência que se digne requerer as presentes informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, por entendermos ser o Requerimento de Informação a forma prevista tanto na Constituição Federal quanto no Regimento Interno para que o Parlamento possa dirimir suas dúvidas, sendo as respostas que ora requeremos fundamentais no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 2015.

Deputado SARAIVA FELIPE PMDB/MG
Presidente da Comissão de Educação